

Universidades Lusíada

Marques, Maria Margarida Ferreira, 1954-

Relações EU -US com a administração Trump

<http://hdl.handle.net/11067/8339>

<https://doi.org/10.34628/667F-BX32>

Metadados

Data de Publicação

2025

Resumo

O artigo analisa a relação entre a União Europeia e os Estados Unidos na era Trump, marcada por imprevisibilidade e erosão da confiança, o que dificulta a definição de estratégias estáveis do lado europeu. Identificam-se cinco eixos centrais: choque de linguagens políticas; conceito de paz reduzido a cessar-fogo seguido de exploração económica; uso de tarifas comerciais como instrumento de chantagem; dilema da UE entre submissão e afirmação estratégica; e “efeito espelho” que normaliza agendas a...

The article analyses EU–US relations during the Trump era, defined by unpredictability and the erosion of trust, which undermines the EU’s capacity to design stable long-term strategies. It identifies five core dimensions: a clash of political languages; a concept of peace reduced to ceasefire followed by economic exploitation; trade tariffs used as tools of political blackmail; the EU’s choice between submission and strategic assertion; and a “mirror effect” that normalises far-right anti-democ...

Editor

Universidade Lusíada Editora

Palavras Chave

Estados Unidos - Política e governo - 2021-, Estados Unidos - Relações externas - 2021 -, Estados Unidos - Relações externas - Países da União Europeia, Países da União Europeia - Relações externas - Século 21, Países da União Europeia - Relações externas - Estados Unidos

Tipo

article

Revisão de Pares

yes

Coleções

[ULL-FCEE] LEE, n. 39 (2025)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-30T01:43:43Z com informação proveniente do Repositório



MARGARIDA MARQUES

Ex-Secretária de Estado dos Assuntos Europeus de Portugal

 margaridamarquespessoal@gmail.com

Submetido em 21/12/2025 • Aprovado em 19/01/2026 • Publicado em 02/03/2026

RELAÇÕES UE-US COM A ADMINISTRAÇÃO TRUMP*

EU-US RELATIONS WITH THE TRUMP ADMINISTRATION

 10.34628/667F-BX32

Resumo: O artigo analisa a relação entre a União Europeia e os Estados Unidos na era Trump, marcada por imprevisibilidade e erosão da confiança, o que dificulta a definição de estratégias estáveis do lado europeu. Identificam-se cinco eixos centrais: choque de linguagens políticas; conceito de paz reduzido a cessar-fogo seguido de exploração económica; uso de tarifas comerciais como instrumento de chantagem; dilema da UE entre submissão e afirmação estratégica; e “efeito espelho” que normaliza agendas antidemocráticas da extrema-direita europeia. Defende-se que a resposta passa por reforçar a autonomia estratégica da UE e o seu papel de ator global ancorado em valores democráticos, Estado de direito e multilateralismo.

Palavras-chave: Relações transatlânticas | Efeito espelho.

Abstract: The article analyses EU–US relations during the Trump era, defined by unpredictability and the erosion of trust, which undermines the EU’s capacity to design stable long-term strategies. It identifies five core dimensions: a clash of political languages; a concept of peace reduced to ceasefire followed by economic exploitation; trade tariffs used as tools of political blackmail; the EU’s choice between submission and strategic assertion; and a “mirror effect” that normalises far-right anti-democratic agendas in Europe. The author argues that the EU must strengthen its strategic autonomy and act as a global player grounded in democracy, the rule of law and multilateralism.

Keywords: Transatlantic relations | Mirror effect.

* Este artigo segue a estrutura da intervenção que fizemos na Universidade Lusófona, na apresentação dos números 94 e 95, da revista Finisterra, em 16 de outubro de 2025.



Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Original Texto submetido à plataforma de deteção de similaridade e plágio OURIGINAL.

Os textos que constituem esta obra seguem, por decisão do respetivo autor, a antiga ou a atual grafia.

O conteúdo desta obra é da exclusiva responsabilidade do seu autor e não vincula a Fundação Minerva | Universidade Lusíada.

A imprevisibilidade da administração americana leva a que escrever sobre as relações entre a União Europeia e os Estados Unidos seja um desafio, sobretudo quando procuramos recorrer a factos para fundamentar a nossa argumentação. Corremos o risco de amanhã sermos confrontados com uma evolução diferente que desacredita o que escrevemos. O que é verdade hoje pode já não o ser amanhã. E deixo o primeiro elemento que se revelará importante na análise que fazemos: imprevisibilidade.

Vou concentra-me em cinco pontos, que contribuem para analisarmos o estado da arte e contextualizarmos a relação com os Estados Unidos, um aliado antes tradicional da UE: a linguagem, a Paz, as tarifas, as escolhas da UE e finalmente, os riscos do fenómeno Espelho na UE e no mundo.

1. A LINGUAGEM DIPLOMÁTICA VERSUS A LINGUAGEM DA TRANSAÇÃO

Ouvindo hoje os líderes europeus e o Presidente Trump, percebemos que há uma diferença clara na linguagem. Enquanto António Costa ou Von der Leyen usam uma linguagem diplomática, civilizada, na base de valores humanistas e das relações normais na política, em todas as suas dimensões, e na diplomacia, ouvimos do lado do Presidente Trump uma linguagem minimalista, por vezes rude, dominada pelo negócio, onde a palavra transação é talvez aquela a que mais recorre. Linguagem da transação, primária, espontânea, despida de qualquer respeito pelo outro. Na forma como trata alguns dos seus interlocutores, alguns líderes mundiais, em alguns casos recorrendo ao cenário apropriado para os humilhar, ou como apresenta as suas ordens executivas.

Tenho mesmo o sentimento que quando o Presidente Trump ouve a Presidente Von der Leyen ouve-a assumindo que está a ouvir uma linguagem ingénua.

Além disso, assistimos do lado europeu, hoje em dia, ao recurso a uma linguagem aparentemente de submissão que serve para acariciar o ego do Presidente, e desse ponto de vista pode ser eficaz porque essa é uma dimensão que já se percebeu que aprecia, mas ela é também geradora de mau estar e deixa desconfortáveis os europeus.

2. O EMPENHAMENTO PELA PAZ NO MUNDO OU A CORRIDA PARA O PRÉMIO NOBEL

O conceito de paz para o Presidente Trump é fazer parar as armas, primeiro, e investir a seguir. Fazer parar as armas e ostensivamente retirar proveito para os Estados Unidos. Foi claro na proposta de paz para o conflito israelo-palestiniano: “a Riviera do Medio-Oriente”; é claro na proposta de acordo de paz para a Ucrânia, com as terras raras ou na exigência de beneficiar de metade dos fundos russos congelados, situados na Bélgica, para apoio a investimento na reconstrução por parte de empresas americanas.

No caso do conflito Israelo-palestiniano, se olharmos para o passado sabemos bem que fazer parar as armas não chegou. Nem com os Acordos de Oslo (1993-1995), bem mais globais que levaram à atribuição do Prémio Nobel da Paz em 1994 a Yitzhak Rabin (que viria a ser assassinado em 1995), Shimoín Pérez e Yasser Arafat ¹. Foi o momento em que a Palestina mais progrediu na construção do Estado de Direito. Israel, a seguir, destruiu as forças de segurança palestinianas entretanto normalizadas e tudo fez para destruir o Estado de direito e a frágil democracia construída pela OLP e Arafat. A recente declaração de Netanyahu sobre o como financiou o Hamas e com que finalidade são bem a imagem da estratégia de Israel e da sua recusa na existência de um Estado Palestino, uma democracia, um Estado de direito em paz e duradouro. E temos de o reconhecer, a Palestina progrediu no reconhecimento do Estado de Israel; Israel não conseguiu progredir no reconhecimento do Estado Palestino.

O Documento Tony Blair, do lado da administração Trump, foi a base para o acordo de paz, mas nem o cessar-fogo efetivo funciona ainda na região. Muito menos estão abertas portas para o início de uma paz duradoura na região. Entretanto, os Estados Unidos continuam a alimentar o exército israelita (o genocídio não terminou), apoiam Israel no não cumprimento das resoluções das Nações Unidas e apoiam Israel no não cumprimento das resoluções do Tribunal Penal Internacional

Do lado da União Europeia assistimos a uma enorme incapacidade de chegar a posições comuns devido sobretudo aos entraves colocados pela Ale-

¹ Os acordos de Oslo entre o governo de Israel e o Presidente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat foram mediados pelo presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton. Ambas as partes comprometiam-se a unir esforços para a realização da paz entre os dois povos, previam o fim dos conflitos, a abertura das negociações sobre os territórios ocupados, a retirada de Israel do sul do Líbano e a questão do estatuto de Jerusalém.

manha, Áustria e Hungria ancorados na história desses países. A proposta de suspender pelo menos parte do Acordo de Associação União Europeia - Israel ainda não conseguiu ver luz verde do Conselho.

As decisões de não fornecer armas a Israel e/ou impedir o atravessamento dos seus espaços aéreos ou marítimos têm sido decisões unilaterais de Estados Membros.

Encontramos os mesmos traços, os mesmos comportamentos, na procura de um acordo de paz após a invasão da Ucrânia pela Rússia.

Depois de uma posição clara do lado dos Estados Unidos com o Presidente Biden, a posição do Presidente Trump tem evoluído com avanços e retrocessos colocando-se ora mais do lado da defesa dos interesses russos ora com um discurso mais aberto no apoio à Ucrânia. Aparentemente mais baseada no estado da sua relação “pessoal” com Putin do que com uma estratégia geopolítica clara. Parece irritar-se quando Putin não aceita o que lhe propõe. Trump tem interesses dos dois lados: pretende apoiar “um amigo”, Putin, e tem interesses na Ucrânia onde encontra um campo atrativo de investimento e o acesso às terras raras da Ucrânia. A proposta de acordo que está agora em cima da mesa² e todo o ambiente em torno do processo de negociação são reveladores desse conflito.

E uma vez mais, a questão da “transação” está fortemente presente. “Fornecemos armas, mas a UE paga”. Assim diz Trump e o seu Secretário da Defesa. Ou, mais recentemente, explicitar num dos seus 28 pontos o acesso a 50% dos fundos russos congelados para investimento de empresas americanas na reconstrução da Ucrânia.

Entretanto, o Presidente Trump fez um acordo de acesso a matérias-primas e a terras raras com a Ucrânia em que é o único beneficiário. Mas não conhecemos completamente se o beneficiário são os Estados Unidos ou Trump ele mesmo, com os seus interesses empresariais.

Neste conflito, a UE tem conseguido manter um apoio efetivo à Ucrânia, militar e financeiro designadamente para o funcionamento da administração (sistemas de saúde, escolas, justiça). Não conseguiu acordo – conseguirá? - no que diz respeito ao acesso aos fundos congelados russos situados na Bélgica, sendo que a principal dificuldade tem a ver com o receio de alguns países de

² Em 27 de novembro de 2025, data em que escrevo o artigo.

abrirem um conflito futuro cujos custos serão difíceis de quantificar. No entanto assistimos a uma radicalização da posição da Hungria que pode ser seguida por países como a Eslováquia e talvez a Chéquia a seguir. A exigência e os esforços da UE em estar á mesa das negociações é essencial. Essa condição não está ainda completamente reconhecida e isso deve-se sobretudo ao nível de reconhecimento da UE pelos Estados Unidos. No entanto, temos de o reconhecer, progressos têm sido feitos.

E hoje temos o arauto da Paz, Trump, a abrir caminho para entrar na Venezuela. Também aqui a argumentação vai mudando entre o combate à droga ou a defesa da democracia. Mais uma vez, não é secundário o acesso aos recursos venezuelanos.

3. COMÉRCIO INTERNACIONAL BASEADO EM REGRAS *VERSUS* BARBÁRIE; A CHANTAGEM DAS TARIFAS OU AS TARIFAS COMO INSTRUMENTO DE PODER IMPERIAL

O título resume a situação atual em matéria de comércio internacional. Durante anos a União Europeia, quer no quadro bilateral quer no quadro multilateral e na Organização Mundial de Comércio (OMC), muito fez para construir um quadro regulamentar que conduzisse, no contexto da globalização, a um comercio internacional baseado em regras. Respeitando de forma equilibrada os interesses dos dois lados dos acordos. Introduzindo princípios que proibissem o trabalho infantil ou o trabalho escravo. Promovendo os direitos das mulheres, dos povos indígenas ou da igualdade de género. Regras que levaram anos a construir e hoje ainda não temos um mecanismo justo de resolução de conflitos no quadro da OMC, não por falta de propostas mas por falta de acordo para o aprovar. Existe um, sim, mas não defende ainda de forma justa e equilibrada os interesses de todas as partes.

Todos estes instrumentos são pilares da construção de um comercio internacional justo e também geradores de um clima de confiança entre as partes. A União Europeia nos acordos que tem vindo a assinar tem-se batido sempre para que estes assentem no respeito das regras internacionais.

O recurso às chamadas tarifas tem sido usado pelos Estados Unidos como arma política, mesmo de chantagem, com países e/ou regiões do mundo. Se não aceita a exigência de Trump, aí vem mais um pacote de “tarifas”. Foi assim com o Canadá ou com o Brasil. Tem sido assim com a União Europeia. Trump começou por impor tarifas exorbitantes para a UE. A UE viu-se obrigada a negociar e aceitar um acordo que é menos penalizador da economia europeia do que a proposta inicial de Trump, sem duvida, mas é duvidoso que o acordo

UE-Estados Unidos alcançado pela Comissão Europeia para limitar as tarifas inicialmente anunciadas por Trump, esteja em linha com o princípio do Comércio Internacional baseado em regras. E mais recentemente, os Estados Unidos insistem agora na “chantagem”, como recentemente afirmou a Vice-Presidente da Comissão Europeia, Teresa Ribera. Washington está aberto a reduzir as tarifas sobre o aço e o alumínio se a UE reconsiderar as suas regras sobre o digital. “Sendo intenção dos Estados Unidos, não significa que aceitemos esse tipo de chantagem”, afirmou Teresa Ribera. E porquê? Segundo a Vice-Presidente, Washington está a tentar pressionar a UE a flexibilizar o conjunto de regras sobre tecnologia, um “ataque direto” à Lei dos Mercados Digitais (DMA). A lei DMA, aprovada na legislatura europeia anterior, é uma lei emblemática que visa regular as grandes plataformas de tecnologia. Ora, as regras digitais da UE são cada vez mais uma questão de soberania e por isso, não devem estar na mesa das negociações comerciais.

Em síntese, as regras de um comércio internacional justo são a forma de regular a globalização, evitando uma globalização selvagem. Para os Estados Unidos, não existem regras. A regra é o interesse unilateral ou a chantagem política. Por isso saíram da OMC logo no início da administração Trump.

4. AS ESCOLHAS DA UNIÃO EUROPEIA NA RELAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS NA ERA TRUMP 2

Situações complexas não são normalmente geradoras de respostas simples. E este é um desafio da UE. As relações transatlânticas não são hoje as mesmas do passado. O reforço desejável da autonomia estratégica da UE acresce complexidade a este desafio. Que cenário “escolhe” a União Europeia para desenhar o seu caminho?

Cenário Um: submissão aos Estados Unidos (e isto para além da linguagem...). Na relação com a Índia e a China – relação política, comercial, investimento. Outros virão a seguir, como o Brasil... Sempre com o cutelo: “se têm relações comerciais com o país X de que os Estados Unidos não gostam, paira no ar uma ameaça de mais tarifas”.

Aceitar violar as regras em matéria de comércio internacional. Ou seja, avançar autonomamente nas negociações comerciais e de investimento ou ceder às pressões do Estados Unidos neste campo.

Cenário Dois: Estratégia de afirmação, aprofundando o papel do bloco europeu como ator geopolítico global. Neste cenário impõe-se:

- a) Aprofundar a autonomia estratégica da UE nas suas diferentes dimensões. Na dimensão Competitividade. O relatório Draghi, “O Futuro da Competitividade Europeia”, de setembro de 2024, “analisa os desafios enfrentados pela indústria e pelas empresas no Mercado Único. Explica como a Europa deixará de poder contar com muitos dos fatores que têm apoiado o crescimento no passado e apresenta um diagnóstico claro, oferecendo recomendações concretas para colocar a Europa numa trajetória diferente.”. Desenvolve três domínios de ação: “recentrar os seus esforços coletivos na redução do fosso que separa a Europa dos Estados Unidos e da China em matéria de inovação particularmente no domínio das tecnologias avançadas; um plano europeu para a descarbonização e a competitividade; o reforço da segurança e a redução das dependências”. E propõe a criação de um mecanismo permanente europeu de investimento.

Na dimensão Defesa. A Defesa é um pilar essencial na construção da autonomia estratégica da UE. Até hoje foi muito difícil aos Estados-membros aceitarem partilhar soberania em matéria de Defesa. A Cooperação Estruturada Permanente em matéria de defesa, acordada em 2017 revelou bem as dificuldades neste campo. Não houve consenso entre os Estados membros, daí o recurso à Cooperação Estruturada Permanente prevista nos Tratados em matéria de Defesa. Hoje os desafios são gigantescos e a defesa europeia tornou-se uma emergência. Por agora, pelo apoio à Ucrânia, mas não pode ser vista apenas deste ângulo. Tem de ser vista como um pilar da construção da autonomia estratégica da UE. E sem entrar em detalhes, o primeiro passo é mesmo coordenação entre os Estados Membros. Mas é também inovação e investimento em matéria de defesa, promovendo a indústria europeia.

Na Inovação. O programa Horizonte Europa, o programa de investigação da UE, é o instrumento privilegiado para promover a investigação e a inovação. Mas implica estratégias para transformar a inovação em valor, reforçando o Investimento em áreas emergentes e também na indústria de defesa.

Reduzir a dependência energética, melhorar o acesso a matérias-primas. Num caso e noutro a investigação nas energias verdes e nas alternativas aos fosséis deve continuar. Já provou que leva tempo, mas é uma ambição essencial para cumprir os objetivos do acordo de Paris reafirmados na COP 30, no Brasil.

- b) Intensificar negociações comerciais e outras mais flexíveis, com carácter mais setorial, normalmente menos prolongadas no tempo de negociação para chegar a um acordo. Sempre baseadas em regras. Com parceiros diversificados. A UE não pode estar dependente de parceiros

únicos no acesso a matérias-primas ou outros elementos ou componentes essenciais para o desenvolvimento da indústria europeia ou numa situação de catástrofe como aconteceu com a COVID.

- c) Estar nos processos de paz, na reconstrução, na ajuda humanitária. Até agora a UE é um ator importante na reconstrução e na ajuda humanitária (o principal financiador ao nível mundial). O esforço para estar como parceiro à mesa das negociações dos processos de paz é imenso e nem sempre reconhecido como é o caso do acordo para o conflito Israelo-palestiniano ou no esforço agora para encontrar um acordo justo e que assegure uma paz justa e duradoura para o conflito na Ucrânia. Face a estes dois cenários, por onde vai a UE? Esperamos que mais próximo do cenário dois do que do cenário um. As instituições europeias e a larguíssima maioria dos líderes europeus apontam claramente para o cenário dois, mas assistimos ainda a algumas hesitações, receios, recuos que reduzem a capacidade da UE de agir como ator global. E sobretudo sentimos que há uma distância entre o discurso político e a ambição na decisão política nas instituições. Não é secundário a alteração das maiorias no Parlamento europeu saído das últimas eleições de 2024. Por isso os países e os partidos democráticos e pró-europeus devem continuar a trabalhar em conjunto no reforço da UE como ator global.

5. OS RISCOS DO FENÓMENO ESPELHO PARA A EXTREMA-DIREITA EUROPEIA “NORMALIZANDO” A DESTRUIÇÃO DE VALORES DEMOCRÁTICOS

Há um risco, a que aliás temos vindo a assistir, a que o não respeito da separação de poderes, a tentativa de concentração de poderes no chefe, o não respeito dos direitos individuais e dos direitos humanos, do lado de Trump leve a uma “normalização” de posições idênticas da extrema-direita europeia. Se Trump e a sua administração fazem assim porque não podemos nós fazer também? Trump normaliza, valida, posições antidemocráticas e violadoras do Estado de Direito da extrema-direita europeia. E assistimos hoje ao exercício do poder por parte da extrema-direita (Hungria, por exemplo) e dos partidos de extrema-direita que ainda (?) não conseguiram chegar ao poder seguir a cartilha de Trump. Na imigração, nas questões climáticas, na democracia, nos valores europeus, nos direitos humanos. A tentação totalitária de Trump, que por exemplo, no não respeito da Constituição reclama a possibilidade de se candidatar a um terceiro mandato pode vir a servir de suporte para a extrema-direita europeia. O desrespeito pelas liberdades, a repressão para quem não segue a linha oficial - o MAGA -, as prisões arbitrárias, o não respeito do Estado de Direito, o envio de forças para “estados hostis” (que não seguem as

imposições unilaterais de Trump), a chantagem para os imigrantes... e para a sociedade em geral e poderíamos continuar. A tudo isto temos assistido em Trump. Tudo isto é alimento para a extrema-direita europeia e mundial.

O Vice Presidente Vince, em Munique, afirma que Estados Unidos e Europa têm conceitos diferentes de “Liberdade de Expressão”. Orban afirma que UE e Hungria têm conceitos diferentes de “Estado de Direito”.

Ora, a extrema-direita está a usar, explícita e implicitamente, o que se está a passar nos US com Trump para validar as suas posições, dando-lhe um carácter de “normalidade” gerando assim a administração Trump um efeito espelho.

Trump tem ainda dificuldade em penetrar completamente na reserva federal, mas não desiste. Tem procurado bloquear e cortar a liberdade científica nas Universidades e Centros de Investigação, mas muitas delas têm resistido, procurando alternativas. Alternativas de financiamento, mas também estratégias internas possíveis, eu diria por vezes ridículas, mas necessárias e vamos ver como resistem ao tempo, como substituição de conceitos como “Clima” ou “gender” ou “desigualdades” por sinónimos nos seus textos fundadores, definidores de responsabilidades e competências e linhas de trabalho e orientação, para preservar a identidade e a vida dos centros de investigação. Todo este esforço, sujeitando professores e investigadores a serem declarados “criminosos” por não respeitarem as orientações do Presidente.

Relativamente a este último ponto, a UE criou um programa de atração de professores e investigadores para as universidades europeias com um envelope financeiro de 150 milhões de euros. Mas sabemos bem quão importantes têm sido as redes de investigadores internacionais, com as universidades e centros de investigação americanos, a partir de redes europeias de investigação apoiadas pelas sucessivas gerações do programa Horizonte. Designadamente em áreas que protegem os cidadãos e muito contribuem para a sua qualidade de vida como a saúde ou o clima. A linha negacionista de Trump, da sua administração em particular do seu secretário da saúde, têm procurado destruir toda a investigação nestas áreas.

Em síntese, temos na linha política e nos processos de decisão sem regras do lado da Trump e da sua administração muito alimento para a extrema-direita, neste efeito espelho.

Finalmente, a UE, incluindo na sua relação transatlântica, não pode apoiar-se nem na previsibilidade nem na confiança. O que é a posição de Trump hoje

pode não ser a mesma amanhã. E isso representa um desafio adicional para União Europeia. Uma União Europeia que se tem construído na base de regras e de valores. Apoiada em princípios democráticos com respeito do estado de direito, dos direitos fundamentais e do multilateralismo. Que tem assentado a sua estratégia, na UE e na NATO, na base da confiança mútua. Para quem a relação transatlântica é chave para as suas relações externas. É por isso que o cenário “Estratégia de afirmação, aprofundando o papel do bloco europeu como ator geopolítico global”, que procurámos caracterizar, parece-nos ser a base do caminho a percorrer.